



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
O Poder Unido é Mais Forte

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 05/2026.

OBJETO: Aquisição de utensílios de copa e cozinha, destinados ao atendimento das demandas dos servidores e agente políticos, projetos, programas e eventos desenvolvidos pela comissão permanente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM.

PERÍODO DE PROPOSTAS

De: 08/06/2026

Até: 11/06/2026

DATA DA SESSÃO

De 11/06/2026

PERÍODO DE LANCES

Das: 08:00 horas

Até: 14:10 horas

Link: <https://portal.licitanet.com.br/>

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
O Poder Unido é Mais Forte

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA | 3 |
| 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA | 3 |
| 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL | 5 |
| 4. FASE DE LANES | 7 |
| 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO | 8 |
| 6. HABILITAÇÃO | 10 |
| 7. CONTRATAÇÃO | 12 |
| 8. SANÇÕES | 13 |
| 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 16 |



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
O Poder Unido é Mais Forte

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026

(Processo Administrativo nº226/2026)

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, por meio do Agente de Contratação da CMSGC/AM, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, destinados ao atendimento das demandas dos servidores e agente políticos, projetos, programas e eventos desenvolvidos pela comissão permanente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. A contratação ocorrerá por item, conforme tabela constante no termo de referência, anexo deste edital
 - 1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/>
 - 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Sistema do LICITANET, para acesso ao sistema e operacionalização.



2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de



escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - LICITANET, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.



- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.
4. FASE DE LANCES
- 4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).
 - 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
 - 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
 - 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
 - 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
-
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
 - 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
 - 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I termo de referência deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.2.4. exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é,



somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é da data da assinatura do contrato até dia 31 de dezembro do corrente ano.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e Diário Oficial dos Municípios do Amazonas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

São Gabriel da Cachoeira-Amazonas, 08 de junho de 2026

Messias Ambrósio de Souza

Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº0226/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de utensílios de copa e cozinha para atender as demandas Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QDT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|-----|-----|----------------|--------------|
| 1 | COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ml- copo descartável para água; em polipropileno; com capacidade aproximada de 180 ml; acondicionado em 100 unidade de copos. | UND | 500 | R\$ 13,02 | R\$ 6.510,00 |
| 2 | Guardanapo De Papel Branco Pequeno 20x23 macio | UND | 50 | R\$ 4,10 | R\$ 205,00 |
| 3 | COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 50ML CAIXA; Copo descartável para café caixa - Copo descartável para café; em polipropileno; com capacidade aproximada de 50 ml; acondicionado em mangas com 100 copos; Devendo estar em conformidade com a NBR 14865 da ABNT. cada caixa contém com 5000 copos, sendo 50 embalagens de 100 unidades. | UND | 150 | R\$ 6,34 | R\$ 951,00 |
| 4 | Prato descartável de plástico resistente medindo 21 cm de diâmetro. Embalagem contendo 10 unidades. | UND | 250 | R\$ 7,19 | R\$ 1.797,50 |
| 5 | COLHER DESCARTÁVEL - de poliestireno para sobremesa, não tóxico, não reciclado, na cor branca, com informação do fabricante e composição estampados na embalagem, embalados em pacote com 50 unidades. | UND | 20 | R\$ 5,00 | R\$ 100,00 |
| 6 | GARFO DESCARTÁVEL - COM 50 UNIDADES | UND | 20 | R\$ 4,90 | R\$ 98,00 |
| 7 | FACA DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO: (Pacote com 50 unidades) | UND | 20 | R\$ 4,95 | R\$ 99,00 |
| 8 | Taça de vidro para água 390ml | UND | 18 | R\$ 21,87 | R\$ 393,66 |
| 9 | XICARA DE PORCELANA NA COR A SER DEFINIDO CAPACIDADE DE 180 ML PARA CAFÉ | UND | 48 | R\$ 25,50 | R\$ 1.224,00 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|-----|------------|--------------|
| 10 | XÍCARA EM PORCELANA (50 ML) COM PIRES COR A SER DEFINIDO LISA PARA CAFÉ | UND | 48 | R\$ 18,71 | R\$ 898,08 |
| 11 | Prato descartável para sobremesa 15cm. Embalagem com 10 unid. Especificação: Prato descartável para sobremesa 15cm. Embalagem com 10 unid. | UND | 250 | R\$ 6,77 | R\$ 1.692,50 |
| 12 | JARRA DE PLÁSTICO C/ TAMPA 2 L - COM TAMPA QUE DISPONIBILIZA CONTROLE DE ABERTURA, ALÇA RESISTENTE, MATERIAL ATÓXICO E DE BOA QUALIDADE. | UND | 4 | R\$ 28,15 | R\$ 112,60 |
| 13 | JARRA DE VIDRO INCOLOR 2 L tampa acrílico transparente altura 23,5 cm largura 14,5 cm comprimento 16 cm. | UND | 4 | R\$ 40,65 | R\$ 162,60 |
| 14 | COLHER, tipo bailarina para suco em aço inox, comprimento 30 cm, com variação de +/- 0,5 cm. | UND | 4 | R\$ 16,12 | R\$ 64,48 |
| 15 | Caixa organizadora para armazenamento, confeccionada em material plástico resistente, formato retangular, capacidade mínima de 80 litros, com tampa, superfície lisa, equipada com rodas para movimentação, resistente à umidade, impactos leves e fácil higienização, adequada para armazenamento e organização de materiais diversos. Unidade de fornecimento: unidade. | UND | 2 | R\$ 242,89 | R\$ 485,78 |
| 16 | Vaso decorativo tipo taça confeccionado em plástico resistente de alta durabilidade, na cor branca, com acabamento liso e brilhante. Possui design clássico com corpo canelado, borda superior ampla e base pedestal quadrada, proporcionando elegância e sofisticação à decoração de ambientes internos e externos cobertos. Produto leve, de fácil higienização e resistente ao uso cotidiano, indicado para composição de arranjos florais artificiais, plantas ornamentais e demais elementos decorativos. Dimensões aproximadas: 24,5 cm de altura x 30 cm de diâmetro/largura. Cor: Branca. Material: Plástico resistente. Aplicação: Decoração de ambientes institucionais, residenciais, comerciais e eventos. | UND | 2 | R\$ 58,22 | R\$ 116,44 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|-----|------------|--------------|
| 17 | Vaso decorativo tipo taça confeccionado em plástico resistente de alta durabilidade, na cor branca, com acabamento liso e brilhante. Possui design clássico com corpo canelado, borda superior ampla e base pedestal quadrada, proporcionando elegância e sofisticação à decoração de ambientes internos e externos cobertos. Produto leve, de fácil higienização e resistente ao uso cotidiano, indicado para composição de arranjos florais artificiais, plantas ornamentais e demais elementos decorativos. Dimensões aproximadas: 25 cm de altura x 20,5 cm de diâmetro/largura. Cor: Branca. Material: Plástico resistente. Aplicação: Decoração de ambientes institucionais, residenciais, comerciais e eventos. | UND | 2 | R\$ 38,60 | R\$ 77,20 |
| 18 | Pratos fundos em porcelana ou cerâmica branca, diâmetro entre 22 e 24 cm e profundidade média. | UND | 100 | R\$ 21,01 | R\$ 2.101,00 |
| 19 | Faqueiro composto por 24 peças em aço inoxidável, contendo 6 facas de churrasco, 6 garfos de mesa, 6 colheres de mesa e 6 colheres de chá. Produzido em aço inox de alta resistência, com acabamento polido que proporciona durabilidade, higiene e excelente apresentação. As facas possuem lâminas com tratamento térmico para maior retenção do fio de corte, enquanto garfos e colheres apresentam maior resistência devido à espessura do material. Produto de fácil higienização, compatível com máquina de lavar louças e adequado para uso doméstico e institucional. Unidade de fornecimento: jogo com 24 peças. | UND | 7 | R\$ 131,65 | R\$ 921,55 |
| 20 | COPO DE VIDRO CAPACIDADE 250ML | UND | 48 | 9,16 | R\$ 439,68 |
| 21 | Kit de potes herméticos para armazenamento de alimentos, composto por recipientes plásticos transparentes, livres de BPA, com vedação hermética, apropriados para conservação e organização de alimentos secos e similares. Conjunto contendo, no mínimo: 2 potes com capacidade aproximada de 2.800 ml, 4 potes com capacidade aproximada de 2.000 ml, 4 potes com capacidade aproximada de 1.400 ml e 4 potes com capacidade aproximada de 800 ml. Os recipientes deverão possuir formato empilhável, resistência adequada ao uso doméstico ou institucional, fácil higienização e tampa com fechamento seguro para | UND | 2 | 190,67 | R\$ 381,34 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|---|-----|---|--------|--------------|
| | preservação da qualidade dos alimentos. Unidade de fornecimento: kit. | | | | |
| 22 | Tábua de corte confeccionada em polietileno atóxico de alta densidade, com espessura mínima de 8 mm e dimensões aproximadas de 50 cm x 30 cm. Material não poroso, resistente a impactos, de fácil higienização, não absorve líquidos, odores ou resíduos, contribuindo para a segurança alimentar e prevenção da contaminação cruzada. Indicada para corte e manipulação de alimentos em cozinhas industriais, restaurantes, açougues, padarias, refeitórios e uso doméstico na cor branca. | UND | 2 | 60,31 | R\$ 120,62 |
| 23 | Tábua de corte confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD) atóxico, na cor branca, com dimensões aproximadas de 30 cm de comprimento, 25 cm de largura e espessura mínima de 6 mm. Possui superfície lisa, não porosa, resistente a impactos e cortes, não absorvendo líquidos, odores ou resíduos. Produto de fácil higienização, resistente à proliferação de fungos e bactérias, indicado para corte e manipulação de carnes, frutas, legumes, verduras, frios, pães e demais alimentos. Adequada para uso doméstico, comercial e institucional. | UND | 2 | 37,07 | R\$ 74,14 |
| 24 | COLHER DE PAU Nº 10, TAMANHO DO COMPRIMENTO DE 50CM (APROXIMADAMENTE), ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADO EM MADEIRA | UND | 2 | 25,98 | R\$ 51,96 |
| 25 | (ID150708) CAIXA TERMICA, Material: poliestireno expandido (isopor); com dreno e tampa; Capacidade: 175 litros. | UND | 5 | 190,83 | R\$ 954,15 |
| 26 | Bandeja Para Açogue Frigorífica Carne Ave Peixe Branca 44l | UND | 2 | 105 | R\$ 210,00 |
| 27 | Caixa térmica tipo cooler com capacidade de 40 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com isolamento térmico em poliestireno expandido (EPS). Possui tampa com suporte para copos, alças laterais embutidas e alça articulável retrátil para transporte. Dimensões aproximadas de 50 cm x 38 cm x 40,5 cm (C x L x A). Produto atóxico, de fácil higienização, indicado para conservação e transporte de alimentos e bebidas. | UND | 4 | 325,28 | R\$ 1.301,12 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|----|--------|------------|
| 28 | BOMBONA, CAPACIDADE DE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), CERTIFICADA PELO INMETRO, COM ALÇAS, BOCA LARGA, TAMPA REMOVÍVEL, TRAVA NA TAMPA COM ANEL DE REMOÇÃO, PODENDO SER RECONDICIONADA. | UND | 3 | 225,17 | R\$ 675,51 |
| 29 | BOMBONA, CAPACIDADE DE 50 LITROS, MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), CERTIFICADA PELO INMETRO, COM ALÇAS, BOCA LARGA, TAMPA REMOVÍVEL, TRAVA NA TAMPA COM ANEL DE REMOÇÃO, PODENDO SER RECONDICIONADA. | UND | 2 | 170,01 | R\$ 340,02 |
| 30 | Suporte triplo de parede para rolos de papel-toalha, filme plástico PVC e papel-alumínio, confeccionado em plástico resistente. Possui sistema de corte com lâmina para filmes PVC e alumínio, suporte regulável para papel-toalha e fixação em parede por meio de buchas e parafusos inclusos. Medidas aproximadas de 39 cm de comprimento, 19 cm de altura e 7 cm de largura. Produto prático, de fácil instalação e adequado para organização e armazenamento de rolos em cozinhas e copas. | UND | 2 | 55,83 | R\$ 111,66 |
| 31 | Porta-guardanapos de mesa, modelo vertical (de pé), confeccionado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP) resistente, na cor preta. Possui design retangular, moderno e funcional, equipado com mola interna para melhor fixação e retirada dos guardanapos. Medidas aproximadas de 14,5 cm de comprimento, 9 cm de largura e 5 cm de altura. Produto durável, de fácil limpeza e adequado para utilização em copas, cozinhas, lanchonetes, restaurantes e demais ambientes institucionais. | UND | 10 | 27,37 | R\$ 273,70 |
| 32 | Suporte dispensador para copos descartáveis de água, compatível com copos de 150 ml a 200 ml, confeccionado em material plástico resistente. Possui sistema de liberação individual por acionamento, capacidade para armazenamento de até 100 copos e instalação em parede com buchas e parafusos inclusos. Medidas aproximadas de 58 cm de altura, 19 cm de largura e 15 cm de comprimento. Produto de fácil recarga, higiênico, durável e | UND | 5 | 52,63 | R\$ 263,15 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|---|-----|----|------------|--------------|
| | adequado para utilização em escritórios, copas, cozinhas, recepções e ambientes institucionais. | | | | |
| 33 | Dispenser para copos descartáveis de café, confeccionado em polietileno de alta resistência, com sistema de liberação individual de copos por acionamento. Compatível com copos descartáveis de 50 ml, com diâmetro de boca entre 4,8 cm e 5,2 cm. Possui capacidade para armazenamento de até 100 copos, estrutura rígida sem emendas e instalação em parede. Produto prático, higiênico, durável e adequado para utilização em copas, cozinhas, escritórios e ambientes institucionais. | UND | 5 | 41,87 | R\$ 209,35 |
| 34 | Papel alumínio em rolo, medindo aproximadamente 30 cm de largura por 100 m de comprimento, indicado para preparo, cozimento, aquecimento, conservação e armazenamento de alimentos. Produto resistente, de fácil manuseio, adequado para utilização em fornos, geladeiras e freezers, auxiliando na conservação da temperatura, umidade, aroma e características dos alimentos. Indicado para uso em cozinhas, copas, restaurantes, padarias, lanchonetes e demais estabelecimentos do setor alimentício. | UND | 20 | 50 | R\$ 1.000,00 |
| 35 | Papel manteiga em rolo, medindo aproximadamente 30 cm de largura por 7,5 m de comprimento, confeccionado em papel 100% natural, com superfície antiaderente e resistente ao calor. Indicado para preparo, assamento e manipulação de alimentos, evitando aderência e facilitando o desenforme. Produto descartável, de fácil manuseio e adequado para uso em cozinhas, padarias, confeitarias, restaurantes e demais estabelecimentos alimentícios. | UND | 20 | 11,29 | R\$ 225,80 |
| 36 | ROLO BOBINA PLÁSTICO FILME PVC ROLO BOBINA PLÁSTICO FILME PVC ESTICÁVEL 38 CM X 1000 METROS | UND | 4 | R\$ 191,10 | R\$ 764,40 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|---|-----|----|-----------|------------|
| 37 | Facão com lâmina de aço de aproximadamente 30 cm (12 polegadas), confeccionado em material resistente e durável, com cabo ergonômico que proporcione firmeza e conforto durante o manuseio. Indicado para atividades de corte e manejo de vegetação, apresentando boa resistência ao desgaste e à corrosão. Produto de fácil manuseio e manutenção. | UND | 5 | 38,16 | R\$ 190,80 |
| 38 | CAPA EM TECIDO OXFORD PARA GALÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS | UND | 10 | 27,75 | R\$ 277,50 |
| 39 | Panela tipo paellera/frigideira, confeccionada em alumínio de alta resistência, com revestimento interno antiaderente que facilita o preparo dos alimentos e a limpeza. Possui duas alças laterais em alumínio para transporte e manuseio seguro. Apresenta diâmetro aproximado de 40 cm, altura de 8 cm e peso aproximado de 950 g. Indicada para preparo de refeições em grandes quantidades, como paellas, carnes, arroz, legumes e outras receitas. Produto resistente, de fácil higienização e adequado para uso doméstico e institucional. | UND | 3 | 198,67 | R\$ 596,01 |
| 40 | Escumadeira industrial confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão, ao calor e ao uso contínuo em cozinhas profissionais. Possui cabo longo de aproximadamente 54 cm, proporcionando maior segurança durante o manuseio em fritadeiras e recipientes profundos, e área perfurada com diâmetro aproximado de 16 cm para drenagem rápida e eficiente de óleo e líquidos. Estrutura soldada, sem parafusos, facilitando a higienização e evitando acúmulo de resíduos. Indicada para retirada de frituras, massas, legumes e outros alimentos. Produto durável, compatível com lava-louças e adequado para uso institucional e industrial. Unidade de fornecimento: unidade (un). | UND | 3 | R\$ 82,10 | R\$ 246,30 |
| 41 | Pegador de alimentos multiuso confeccionado em aço inoxidável de alta resistência, indicado para manipulação e serviço de carnes, saladas, massas, pães e demais alimentos. Possui formato anatômico que proporciona pegada firme e segura, com aproximadamente 25 cm de comprimento e 6 cm de largura. Produto resistente à corrosão, de fácil | UND | 3 | 31,76 | R\$ 95,28 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|---|--------|------------|
| | higienização e adequado para uso doméstico, institucional e profissional. | | | | |
| 42 | PEGADOR PARA GELO INOX 18.6 | UND | 3 | 16,09 | R\$ 48,27 |
| 43 | Concha industrial confeccionada em alumínio de alta resistência, indicada para preparo, porcionamento e serviço de alimentos em cozinhas industriais, restaurantes, escolas e refeitórios. Possui cabo longo com aproximadamente 40 cm de comprimento, proporcionando maior segurança no manuseio de alimentos quentes. Concha com diâmetro aproximado de 10 cm, altura de 5 cm e comprimento total de 43 cm. Produto leve, resistente, de fácil higienização e adequado para uso contínuo. | UND | 3 | 49,67 | R\$ 149,01 |
| 44 | Assadeira retangular tipo lasanheira, confeccionada em vidro temperado transparente de alta resistência térmica, com capacidade aproximada de 5 litros. Indicada para preparo, assamento e armazenamento de alimentos, podendo ser utilizada em forno convencional, micro-ondas, geladeira, freezer e máquina de lavar louças. Possui dimensões aproximadas de 40,4 cm de comprimento, 24,9 cm de largura e 7,2 cm de altura. Produto higiênico, de fácil limpeza e adequado para uso doméstico e institucional. | UND | 4 | 50,46 | R\$ 201,84 |
| 45 | Caldeirão industrial nº 24, confeccionado em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 10,3 litros, diâmetro de 24 cm e altura de 23 cm. Possui tampa em alumínio e alças laterais (orelhas) em alumínio, proporcionando maior segurança e praticidade no manuseio. Compatível com fogões a gás e elétricos, sendo indicado para preparo e cozimento de alimentos em cozinhas industriais, restaurantes, escolas e refeitórios. Produto resistente, de fácil higienização e adequado para uso contínuo. | UND | 2 | 185,06 | R\$ 370,12 |
| 46 | Caçarola industrial reforçada, confeccionada em alumínio de alta resistência, com capacidade | UND | 3 | 209,33 | R\$ 627,99 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|---|-----|---|--------|------------|
| | aproximada de 20 litros. Possui diâmetro de 40 cm, altura de 19 cm, espessura mínima de 1,70 mm, tampa em alumínio e alças laterais (orelhas) em alumínio para maior segurança e praticidade no manuseio. Indicada para preparo e cozimento de alimentos em cozinhas industriais, restaurantes, escolas, creches, hotéis e refeitórios. Produto resistente, durável e de fácil higienização. | | | | |
| 47 | Canecão leiteira nº 12, confeccionado em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 1 litro. Possui diâmetro de 12 cm e profundidade de 10,5 cm, revestimento antiaderente interno e externo com múltiplas camadas para maior durabilidade e facilidade de limpeza. Conta com cabo ergonômico em baquelite, proporcionando segurança e isolamento térmico durante o manuseio. Indicado para aquecimento e preparo de leite, café, chás e demais líquidos. Produto resistente, prático e adequado para uso doméstico e institucional. | UND | 3 | 54,18 | R\$ 162,54 |
| 48 | Cutelo confeccionado em aço inoxidável de alta resistência, com corpo inteiriço e comprimento total aproximado de 30 cm. Possui lâmina robusta e afiada, adequada para corte de carnes, aves, suínos e demais alimentos, proporcionando cortes precisos e eficientes. Conta com cabo ergonômico em aço inoxidável, oferecendo firmeza, conforto e segurança durante o manuseio. Produto resistente à corrosão, durável, de fácil higienização e indicado para uso doméstico e profissional. | UND | 3 | 76,49 | R\$ 229,47 |
| 49 | Jogo de facas composto por 4 peças, sendo 01 faca chef com lâmina de aproximadamente 20,3 cm (8"), 01 faca utilitária com lâmina de aproximadamente 12,7 cm (5"), 01 faca para legumes e frutas com lâmina de aproximadamente 8,9 cm (3,5") e 01 chaira para afiação com haste de aproximadamente 20,3 cm (8"). Fabricado em aço inoxidável de alto carbono, com construção estampada de precisão em toda a extensão das lâminas, proporcionando maior resistência, durabilidade e desempenho de corte. Possui cabos ergonômicos em aço inox, garantindo conforto, firmeza e segurança durante o manuseio. Indicado para corte e preparo de carnes, legumes, frutas, verduras e demais alimentos. Produto | UND | 3 | 155,93 | R\$ 467,79 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|---|--------|--------------|
| | resistente à corrosão, de fácil higienização e adequado para uso doméstico e institucional. Unidade de fornecimento: jogo com 4 peças. | | | | |
| 50 | Pedra de afiar combinada (esmeril), confeccionada em carbureto de silício (Carborundum), indicada para afiação e manutenção do fio de facas domésticas, industriais, cutelos e demais utensílios de corte. Possui dupla face, sendo um lado com grão grosso 120 para desgaste e outro lado com grão fino 320 para acabamento e refinamento do fio. Medidas aproximadas de 20 cm de comprimento, 5 cm de largura e 3 cm de altura. Produto resistente, durável e adequado para uso doméstico e profissional. | UND | 3 | 39,25 | R\$ 117,75 |
| 51 | Assadeira retangular industrial tipo hotel nº 6, confeccionada em alumínio reforçado com espessura mínima de 2 mm, indicada para preparo, assamento e armazenamento de alimentos em cozinhas industriais, restaurantes, hotéis, escolas e refeitórios. Possui capacidade aproximada de 8 litros, dimensões de 50 cm de comprimento, 35 cm de largura e 7 cm de altura, além de alças laterais em alumínio para facilitar o transporte e manuseio. Produto resistente, durável, de fácil higienização e adequado para uso contínuo em fornos. | UND | 5 | 215,34 | R\$ 1.076,70 |
| 52 | Porta-pão confeccionado em aço inoxidável, destinado ao armazenamento e conservação de pães e produtos de panificação. Possui estrutura resistente, higiênica e de fácil limpeza, proporcionando maior proteção contra poeira e agentes externos. Apresenta dimensões aproximadas de 40 cm de comprimento, 25 cm de largura e 20 cm de altura. Produto durável, com acabamento em aço inox, adequado para uso em cozinhas domésticas e institucionais. | UND | 5 | 135,58 | R\$ 677,90 |
| 53 | Espátula para bolo e torta confeccionada em aço inoxidável de alta resistência, indicada para servir, manusear e transferir bolos, tortas, pizzas e demais alimentos. Possui lâmina ampla com formato triangular, proporcionando praticidade e precisão no serviço. Produto resistente à corrosão, de fácil higienização e adequado para uso doméstico e institucional. Fabricada em aço inox com | UND | 5 | 39,21 | R\$ 196,05 |



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | | | | | |
|----|--|-----|----|--------|--------------|
| | acabamento polido, garantindo durabilidade e excelente apresentação. | | | | |
| 54 | COLHER GRANDE DE MESA, FABRICADA EM AÇO INOX DE ALTA QUALIDADE, IDEAL PARA SERVIR COM PRATICIDADE, MEDINDO 35CM DE COMPRIMENTO, COM CABO NO FORMATO MONOBLOCO, EM UMA ÚNICA PEÇA SEM EMENDAS, GARANTINDO MAIS RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E HIGIENE, EVITANDO ACÚMULO DE RESÍDUOS. PERFEITA PARA USO DOMÉSTICO OU PROFISSIONAL. | UND | 3 | 21,62 | R\$ 64,86 |
| 55 | Gamela retangular confeccionada em bambu natural, material resistente, sustentável e de fácil higienização. Possui dimensões aproximadas de 45 cm de comprimento, 30 cm de largura e 5,6 cm de altura. Indicada para servir carnes, churrascos, petiscos, frutas, pães e demais alimentos, agregando praticidade e sofisticação à mesa. Produto durável, com acabamento natural e adequado para uso doméstico e institucional. | UND | 5 | 107 | R\$ 535,00 |
| 56 | Bandeja retangular para servir em aço inoxidável 18/8 com acabamento escovado, medindo aproximadamente 52,7 x 31,8 x 7 cm, espessura de 1 mm e alças integradas para transporte. Resistente, durável, de fácil higienização e compatível com máquina de lavar louças. Ideal para uso em cozinhas, restaurantes, buffets e eventos. | UND | 3 | 221,31 | R\$ 663,93 |
| 57 | SALADEIRA DE VIDRO SFERA - 5 LTS, COR NATURAL - DIMENSÕES: 30 CM X 30 CM X 15 CM. PESO (G): 462, REDONDA. | UND | 3 | 84,97 | R\$ 254,91 |
| 58 | Vaso decorativo tipo trouxinha, fabricado em cristal Murano na cor âmbar, com acabamento artesanal e bolhas internas características do processo de fabricação. Possui aproximadamente 12 cm de altura e 10 cm de largura, sendo adequado para decoração de ambientes e composição de arranjos florais. Design sem tampa e sem furos de drenagem, permitindo o uso com flores e plantas em ambientes internos. | UND | 10 | 127,63 | R\$ 1.276,30 |

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.



- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*
 - 1.4.1. *O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que, consta no ETP, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/26, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1 Os materiais devem ser provenientes de processos de fabricação que minimizem o impacto ambiental, utilizando matérias-primas renováveis ou recicláveis sempre que possível.
 - 4.1.2 As embalagens dos materiais devem ser recicláveis e minimizar o uso de plástico não biodegradável.
 - 4.1.3 Preferência por fornecedores que adotem práticas de gestão ambiental, como redução de emissão de gases e economia de água.
 - 4.1.4 [...]

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2 Não se aplica



Subcontratação

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4 *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1 *O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação de fornecimento.*
- 5.2 *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
- 5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, **Avenida Sete de Setembro, nº 84, Bairro – Centro, São Gabriel da Cachoeira – AM – CEP: 69.750-000**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.9. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.10. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo



da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.11. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.12. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.13. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.14. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.15. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.16. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas conforme Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.6. Multa:
- 7.6.1.1. **Moratória**, para as infrações descritas na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).
- 7.6.1.2. Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 7.6.1.3. O atraso superior a **25** (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.6.1.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2%** (dois por cento) a **12%** (doze por cento) do valor da contratação.
- 7.6.1.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (cinco por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.
- 7.6.1.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **12%** (doze por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.
- 7.6.1.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2%** (dois por cento) a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação.
- 7.6.1.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2%** (dois por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]
- 7.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- 7.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (*noventa*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.12.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.12.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.13. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.13.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.10.1. o prazo de validade;
 - 8.10.2. a data da emissão;
 - 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.10.5. o valor a pagar; e
 - 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- 8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de em até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 8.24. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.24.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.24.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.24.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.24.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.24.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.25 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/08/2025.
- 8.26 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.27 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

- 8.28 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.29 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.30 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.31 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.32 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. *O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento.*

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO, conforme solicitação do órgão gerenciador.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021. (quando for caso)
- 9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). (quando for caso)
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 9.23. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;*
- 9.24. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
 - 9.24.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*
 - 9.24.1.1. *Objeto compatível com a licitação ou similar;*
 - 9.24.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
 - 9.24.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 33.933,31 (trinta e três mil, novecentos e trinta e três reais, trinta e um centavos)**.

10.1.1. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.1.2. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.1.3. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.1.4. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.1.5. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM para o exercício de 2025.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| |
|----------------------------|
| NAT. DESPESA: 3.3.90.30.00 |
|----------------------------|



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Poder Unido é Mais Forte

| | |
|---------------------|---|
| Material de Consumo | UNID. ORÇAM: 01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA AÇÕES: 01 031 0001 2001 0000 – Manut. e Funcionamento da Câmara Municipal |
|---------------------|---|

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

ELABORADO(A): _____

ANTÔNIO BRAZÃO LOPES

Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando do disposto no **art. 18, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, **APROVO** o presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR)** acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da CONTRATAÇÃO.

Determino a autorização para o andamento do respectivo **Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR)**, uma vez que ficou constatado que a eventual contratação é **VIÁVEL** para esta Administração.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 8 de junho de 2026

AUTORIZADO(A): _____

MESSIAS AMBRÓSIO DE SOUZA

Presidente da Câmara

Av. Sete de Setembro, 84, Centro 69.750-000 -São Gabriel da Cachoeira-AM-
Brasil-e-mail: licita.cmsgc@gmail.com